

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A
INSTALAÇÃO DE CENTROS DE INFORMAÇÃO E
MOBILIÁRIO URBANO – BAIRRO COMERCIAL DIGITAL.

CADERNO DE ENCARGOS

Proc.º n.º 259/DCP/2025

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1ª - Objeto	4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual.....	4
Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato	4
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
Secção I - Obrigações do adjudicatário	5
Cláusula 4.ª - Prestação de serviços	5
Cláusula 5ª - Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais	5
Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços	6
Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário	6
Cláusula 8ª - Responsabilidade	6
Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo	7
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais	7
Cláusula 11ª -Gestor do Contrato	7
Cláusula 12ª - Preço contratual	7
Cláusula 13ª - Preço base.....	8
Cláusula 14ª - Condições de pagamento.....	8
Cláusula 15ª - Adiantamentos.....	9
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	9
Cláusula 16ª - Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	10
Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário	11
Cláusula 19ª - Força maior	11
Capítulo IV - Resolução de litígios	12
Cláusula 20ª - Foro competente	12

Capítulo V - Disposições finais.....	12
Cláusula 21ª - Publicidade	12
Cláusula 22ª - Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 23ª - Contagem dos prazos	12
Cláusula 24ª - Legislação aplicável	12
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	12
Cláusula 25ª - Especificações técnicas.....	12

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de solução integrada, e chave na mão, de equipamentos e serviços relacionados com a instalação de centros de informação e mobiliário urbano – Bairro Comercial Digital.

Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo Contraente Privado e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.
3. Para efeitos da autorização prevista no número 1:
 - a) Devem ser apresentados pelo cessionário ou subcontratado todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b) O Contraente Público deverá apreciar, designadamente, se o cessionário ou subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
4. Nos casos de incumprimento, pelo co-contratante, das suas obrigações, este deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º -A do CCP.
5. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do fornecimento.

Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e rege-se:
 - a) Pelas cláusulas dele constantes;
 - b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;

- c) Pelo disposto no Código dos contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L. 18/20018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, demais legislação aplicável à contratação pública e legislação aplicável aos bens postos a concurso.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
- f) Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Cláusula 4.ª - Prestação de serviços

- 1. O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com as características e qualidade definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
- 2. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419ºA do CCP, com as devidas adaptações, nos termos do exigido no nº 13 do artigo 42º do mesmo código.
- 3. A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo adjudicatário que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

Cláusula 5ª – Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais

O adjudicatário assegura que cumpre com a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e, em particular:

- a) Assegura que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos termos do RGPD;
- b) Assegura que, no âmbito dos serviços a prestar, objeto do presente contrato, adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;
- c) Assegura a capacidade de prestar a necessária assistência à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular

aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados, sem prejuízo da necessidade da sua conservação, durante o prazo, legalmente fixado ou por esses serem necessários em processo judicial ou em execução de norma especial;

- d) Garante mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- e) Garante capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28.º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à Entidade Adjudicante, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços objeto do contrato e decorrido o prazo para a sua conservação.

Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços

1. O contrato que se pretende celebrar com o presente procedimento inicia a sua vigência na data de envio da Nota de Encomenda/Requisição Externa, por parte da entidade adjudicante.
2. O prazo máximo de vigência do contrato será de 36 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
3. O fornecimento/disponibilização dos bens objeto do procedimento deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o envio da respetiva Nota de encomenda/Requisição externa.
4. O prazo máximo de execução referente à implementação das soluções tecnológicas, nomeadamente o fornecimento, implementação e testes de todas as soluções e seus componentes, o fornecimento do licenciamento do software correspondente e a realização de ações de formação para a utilização destas soluções, será o indicado pelo adjudicatário na proposta e que não deverá ultrapassar os 120 dias.
5. Os serviços de Assistência e Manutenção ocorrerão durante a vigência total do contrato.
6. O contrato cessa automaticamente quando forem faturados os valores constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário

1. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada ao serviço competente (Divisão de Comunicação) através do gestor do contrato conforme cláusula 11ª deste caderno.
2. Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação do serviço.

Cláusula 8ª - Responsabilidade

1. O adjudicatário assume integral responsabilidade pela prestação de serviços contratada, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento da mesma.

2. O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação do serviço, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela CMC.
3. Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
4. As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à prestação do serviço.

Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais

Cláusula 11ª - Gestor do Contrato

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

Cláusula 12ª - Preço contratual

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.
3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:
 - a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
 - b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
 - d) Encargos com telecomunicações e correios;
 - e) Tradução de documentos;
 - f) Reprodução de documentos;
 - g) Equipamento e consumíveis de escritório.
4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

Cláusula 13ª - Preço base

1. O preço base para a totalidade da prestação dos serviços/aquisição de bens é de 257.500,00€ (duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos euros), no prazo de execução contratual de 36 meses.
 - 1.1- O preço base resulta do somatório dos valores dos equipamentos/plataforma de gestão e monitorização, traduzindo-se no montante base máximo de 230.356,00€ (duzentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e seis euros) e valores para a ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO, com um montante base máximo de 27.144,00€ (vinte e sete mil, cento e quarenta e quatro euros);
2. Os valores indicados não incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado;
3. O preço base atrás mencionado foi definido considerando procedimentos anteriores do mesmo tipo.

Cláusula 14ª - Condições de pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.
2. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada sob tecnologia Electronic Data Interchange (E.D.I.) no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety ou no portal de faturação ilink da acinGov.
3. O pagamento da aquisição dos bens e serviços será pago da seguinte forma:

- a) Com a disponibilização dos equipamentos, soluções, produtos acessórios e licenças de software em modo pré-instalação – 40%
- b) Com a disponibilização da solução integral, totalmente operacional, incluindo ações de capacitação e entrega de documentação do projeto – 60%
- c) Assistência e manutenção – Pagamento anual.

Cláusula 15ª - Adiantamentos

No âmbito do presente procedimento não há lugar a adiantamentos.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, de montante a fixar nos seguintes termos:

Até 2% do valor unitário do serviço em causa, face ao indicado na proposta e programa de trabalhos, por cada dia de atraso, pelo incumprimento dos prazos de implementação, ativação, inspeção, testes e operacionalização das soluções tecnológicas (não inclui ações de capacitação e habilitação técnica);

Até 0,4% do valor do contrato, por cada dia de atraso, pelo incumprimento do tempo de resposta, para restabelecimento dos equipamentos, soluções, software, produtos acessórios das soluções ou serviços, em caso de quebra dos mesmos;

Até 0,1% do valor do contrato, por cada dia de atraso, pelo incumprimento do tempo de resposta, na assistência técnica em caso de deficiência dos equipamentos, soluções, software, produtos acessórios das soluções ou serviços, ou outros;

Até 0,1% do valor do contrato no que se refere à componente de serviços, incumprimento do tempo de resposta indicado pelo adjudicatário no âmbito do serviço de helpdesk.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador dos serviços, a CMC pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador dos serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão, tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.

5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
6. A cobrança das eventuais sanções em que o prestador dos serviços incorra, será efetuada, a critério da CMC, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CMC exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.
8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.

9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex vi artigo 451.º) do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

Cláusula 19ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 20ª - Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições finais

Cláusula 21ª - Publicidade

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

Cláusula 22ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

Cláusula 23ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25ª - Especificações técnicas

O Bairro Digital de Cascais- Vila de Cascais tem como objetivo principal modernizar e revitalizar os setores do comércio e dos serviços ao consumidor através da digitalização dos operadores económicos e dos seus modelos de negócio, incorporação da tecnologia e inovação das experiências de consumo. Os projetos contemplados no BCD pretendem transformar as formas tradicionais de comércio em estruturas de elevada densidade comercial suportadas num ambiente tecnológico avançado, através da dinamização do setor do comércio e serviços. A sua área de intervenção, de 7,97ha contempla 272 atividades económicas, 35 eixos urbanos e 88 códigos de atividade económica.

As soluções de mobiliário urbano são constituídas por peças e equipamentos instalados em meio público, para uso dos cidadãos ou como suporte às redes urbanas.

As soluções a instalar têm por objetivo dinamizar o BCD, permitindo um acesso digital, simples e intuitivo, integrado no ambiente do mesmo.

Assim, pretende-se adquirir uma solução integrada de equipamentos (centros de informação digital) e plataforma tecnológica de gestão e monitorização e respetiva assistência e manutenção.

Pretende-se que os equipamentos sejam propriedade do Município de Cascais e que o Licenciamento do software, inerente às soluções, permita e garanta, em futuras aquisições de centros de informação digital, e respetiva plataforma, a interoperabilidade entre soluções e plataformas.

- 1. CENTROS DE INFORMAÇÃO DIGITAL**
- 2. PLATAFORMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO**
- 3. ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO**

Com as seguintes especificações:

1 - CENTROS DE INFORMAÇÃO DIGITAL

1. MUPIE 55" (1 FRENTE) – (2Unidades)
2. MUPIE 55" (2 FRENTE) – (2 Unidades)

Com os seguintes requisitos mínimos (conforme se aplique):

Requisitos Técnicos dos Equipamentos

- a) Estrutura construtiva adequada à instalação em espaço publico, com base de fixação ao pavimento que assegure a necessária estabilidade e segurança.
- b) Design limpo e apelativo, sem elementos técnicos visíveis (por exemplo: fechaduras, grelhas de ventilação, dobradiças, grelhas de altifalantes, etc.).
- c) As superfícies exteriores não devem apresentar qualquer aresta aguçada.

- d) Equipamentos adequados à utilização em exterior, resistente às intempéries e à entrada de corpos estranhos (Norma IP56).
- e) Bloco monolítico com a forma aproximada de um paralelepípedo, com cantos arredondados, altura entre 2100 e 2500 mm, largura de cerca de 800 a 1000 mm, profundidade entre 350 e 400 mm.
- f) Composto por 2 ecrãs, um na face frontal e um na face posterior (aplicável apenas aos Mupis 2 faces).
- g) Estrutura em alumínio com 3mm de espessura mínima, com pintura electroestática e tratamento anti grafiti.
- h) Faces cobertas por inteiro com painéis em vidro de segurança, temperado e laminado, com espessura mínima de 8mm.
- i) Possibilidade de substituição de vidros no local, em caso de quebra.
- j) Equipado com sistema de climatização que permita o funcionamento continuado em temperatura ambiente entre -10°C e +50°C, com incidência solar direta, e humidade relativa acima dos 20%.
- k) Equipamentos à prova de água, isto é, estanques à entrada de humidade e à condensação.
- l) Para funcionamento com alimentação direta a partir da rede elétrica de baixa tensão (220V), equipados com seccionador e quadro elétrico interno de proteção do equipamento.
- m) Detecção automática de inundação e de temperatura extrema, com desligamento automático do equipamento.
- n) Equipado com alarme de intrusão (abertura não autorizada) e vandalismo (impacto), acionando sirene local para dissuasão e enviando notificação automática da ocorrência à plataforma de gestão, bem como a um conjunto de destinatários pré-definidos via SMS, e-mail.
- o) Cada face tem de estar equipada com um visor gráfico de alto brilho com o mínimo de 3000 cd/m², de grandes dimensões (diagonal 55") e resolução "Full HD" (1920 x 1080 pixel ou superior).
- p) Cada face deverá ser tátil, com capacidade multitouch de 40 toques, ou superior, para permitir a interação do público com o equipamento.

- q) Deverá estar equipado com sistema de som estereofónico (mínimo 2x60W RMS), regulável remotamente e programável de acordo com diferentes horas do dia e características do meio circundante.
- r) Deverá vir equipado com 2 computadores com no mínimo, i5-12400; 16GB RAM; SSD240GB, win pro 10.
- s) Cada face deve estar equipada com uma câmara com capacidade de captação de imagem e vídeo Full HD (1920 x 1080 px) e compressão H.264.
- t) As câmaras devem suportar as funcionalidades de videovigilância e de audimetria.

Requisitos funcionais dos Equipamentos

- a) Utilizar a internet para comunicar com a plataforma de gestão. Preparados para funcionamento com ponto de rede, caso exista no local de instalação, e também deverá ser equipado com router 4G/LTE interno que assegura a ligação à internet por esta via.
- b) Equipados com a função hotspot, por forma a fornecer acesso à internet via Wi-Fi.
- c) Plataforma tecnológica nativa gerida de forma centralizada em portal web.
- d) Que permita a partir do sistema central, efetuar a monitorização e controlo da totalidade do equipamento. Deve ser assegurado o diagnóstico periódico do estado de funcionamento de cada unidade constituinte, e a reparação imediata de qualquer anomalia, assim como devem ser apresentados relatórios de verificação e de intervenção. Deverá ser possível comandar remotamente cada equipamento, para ligar/desligar/reiniciar qualquer das unidades internas, de forma independente.
- e) Em caso de falha da ligação de rede, a monitorização e controlo do equipamento, descritas no ponto anterior deverão ser suportadas por uma ligação GSM secundária, independente do router utilizado para a ligação de dados primária.
- f) Em caso de falha de ligação à internet, a aplicação deverá continuar disponível possibilitando a consulta de todos os seus conteúdos.
- g) Cada face deverá ter uma unidade de processamento independente, de forma a uma avaria isolada de uma unidade não comprometa a disponibilidade da outra face, nem das funcionalidades globais de monitorização e controlo.
- h) A unidade de processamento referida, deverá executar em permanência um software aplicacional interativo, ocupando a totalidade da área visível do visor associado, e disponibilizando as funcionalidades descritas nos pontos seguintes:

- a. Exibição de conteúdo de vídeo, de forma ininterrupta, quer o equipamento esteja ou não a ser utilizado.
- b. Acesso interativo à informação e aos Serviços disponibilizados, de forma simples e intuitiva, por toque em menu gráfico (texto + ícones) apresentado no visor
- c. Segmentação da informação segundo grupos lógicos (informação promocional / turística / utilitária / temática).
- d. Exibição de mapas interativos, com georreferenciação do quiosque e dos pontos de interesse existentes e também dos selecionados.
- e. Possibilitar a partilha de conteúdos, através do envio para outros dispositivos e publicação em redes sociais, sem custos para o utilizador.
- f. Detecção e exibição de hora, data e informações meteorológicas locais com capacidade própria de metrologia da qualidade do ar: poluição, índice polínico, índice de ruído, velocidade do vento, humidade relativa, temperatura ambiente, entre outros indicadores ambientais e meteorológicos que possam ser propostos.
- g. Funcionalidade de sugestão de trajeto para diversos destinos, sob plataforma intermodal de transportes, incluindo os públicos, bicicletas, e deslocações pedestres.
- h. A solução deverá permitir a utilização dos telemóveis ou outros equipamentos eletrónicos do utilizador como controlo remoto, permitindo a navegação do utilizador sem ter de tocar no ecrã.
- i. Disponibilizar de informação dos pontos de interesse públicos, incluindo a sua descrição e contactos e serviços disponibilizados
- j. Possibilitar a reserva e venda de bilhética, venda ou carregamento de títulos de transporte, cartões escolares e/ou outros, condicionada à disponibilização das API respetivas.
- k. Suporte de pelo menos 5 idiomas, adaptado para turistas e residentes estrangeiros.

3. INFOSPOT XL - 2 FRENTE (1 Unidade)

Este equipamento deve funcionar de forma equivalente aos mupies, assegurando:

Características técnicas

- a) Estrutura construtiva adequada à instalação em espaço público, com base de fixação ao pavimento que assegura a necessária estabilidade e segurança.
- b) Composto por poste com a forma aproximada de um paralelepípedo, com estrutura de painel Led fixa no topo: Altura de 475 cm, com painel led de 215cm e 125cm de largura.
- c) Composto por 2 painéis led, um na face frontal e um na face posterior;
- d) Estrutura em aço lacado, com pintura eletrostática e tratamento anti grafiti.
- e) O método de fixação do painel led deverá ser concebido de forma a possibilitar a sua troca no local, em caso de quebra.
- f) Preparado para funcionamento com alimentação direta a partir da rede elétrica de baixa tensão (220V).

Requisitos Funcionais

- a) Utilizar a internet para comunicar com a plataforma de gestão. Caso exista ponto de rede no local de instalação, este pode ser utilizado. Opcionalmente, podem estar equipados com router 4G/LTE interno que assegura essa ligação.
- b) Plataforma tecnológica nativa gerida de forma centralizada em portal web;
- c) A partir do sistema central, efetuar a monitorização e controlo da totalidade do equipamento.
- d) Cada face deve estar equipada com um Painel Led de alto brilho (mínimo 5000 cd/m²), com pixel de 3mm, de 1250 cm x 50 cm; ângulo de Visão H:160° / V:120°; temperatura de funcionamento de -30°C -60°C; Proteção IP65; com consumo médio de 185W/m²; vida útil de mais de 100.000 horas.
- e) Equipado com sistema de som estereofónico.
- f) Equipado com um botão físico que ativa leitura e mudança de língua.
- g) Cada face deve estar equipada com uma câmara com capacidade de captação de imagem e vídeo Full HD (1920 x 1080 px) e compressão H.264., mais uma pré-instalada em cada face, para permitir a videovigilância.

4. LOCKER AD ON

Características Técnicas:

- a) Estrutura construtiva adequada à instalação em espaço público, com fixação ao pavimento que assegura a necessária estabilidade e segurança.
- b) Preparado para ser anexado a MUPIS não sendo necessário qualquer infraestrutura adicional de energia e de internet.
- c) Deve ter os cantos arredondados e sem qualquer aresta aguçada
- d) Locker Add On - 1 coluna de Cacifos com 8 gavetas de 4 tamanhos diferentes, com a mesma altura e profundidade que os Mupis e no mínimo 450mm de largura.

Requisitos funcionais

- a) Cacifos disponíveis a todos e em espaços de fácil acesso, permitindo uma opção de levantamento mais rápida e 24 horas por dia;
- b) Cacifos com multifuncionalidades e operações distintas:
 - Com abastecimentos dos comerciantes locais, opção de seleção da entrega no cacifo nas compras efetuadas nos seus estabelecimentos;
 - Com abastecimento das transportadoras, permitindo uma comodidade aos habitantes locais, que não estão em casa no horário de entrega de mercadorias;
 - Possibilidade de outros serviços como o aluguer do cacifo para guardar bens (capacete, mochilas, livros...) ou para deixar algum bem a terceiros.

Sem prejuízo de posterior indicação exata pelos Serviços do Município de Cascais o local de instalação deste equipamento será no Mercado Cascais, em Cascais.

Formação e Documentação

-O fornecedor deve garantir a formação a recursos do Município de Cascais nos diferentes equipamentos e disponibilizar manuais de utilização

2. PLATAFORMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO

Características Técnicas:

A plataforma deve assegurar as seguintes características técnicas e funcionais:

- a) A plataforma deve garantir a gestão de todos os equipamentos objeto deste concurso.
- b) Plataforma tecnológica nativa gerida de forma centralizada em portal web;
- c) A plataforma deve integrar com qualquer sistema identificado pelo Município de Cascais, incluindo a plataforma do Bairro Comercial Digital (site e app), através de API.
- d) O fornecedor será responsável pela disponibilização, manutenção, evolução e atualização da plataforma de gestão.
- e) A solução deverá respeitar as regras de usabilidade e acessibilidade, seguindo a regras/normas de design for all, norma ABNT NBR 9050; e estar Inscrito na Rede: Pantou Listed Supplier of ENAT – European Network for Accessible Tourism (Europe).

- f) A plataforma de gestão deverá ser baseada em cloud pública, com a opção de ser disponibilizada em cloud privada, dispensando qualquer infraestrutura ou equipamento informático local de suporte.
- g) A gestão do acesso à plataforma com possibilidade de definição de diferentes perfis de acesso (privilégios de cada utilizador) e domínio (secção de conteúdos e âmbito geográfico).
- h) A criação, edição, remoção de qualquer informação da plataforma.
- i) O controlo de segurança de acesso por sessão de utilização.
- j) Utilizar um painel de gestão de toda a informação publicada: gestão de notícias; gestão de eventos; gestão de pontos de interesse locais, gestão de destaques; gestão de pontos de destino.
- k) Dispor de workflow de criação e validação dos conteúdos publicados (criação, edição, submissão e revisão com validação ou não). Permitir a consulta de todas as edições efetuadas, e reversão simples da versão publicada.
- l) A catalogação (através de atributos específicos). Possibilidade de criar e agregar conteúdos por categorias.
- m) A organização de conteúdos (através de estruturas hierárquicas ou outras e sua manipulação).
- n) Ser alimentada com todo o tipo de informação nomeadamente: institucional, promocional, oferta turística, localização, mapas interativos com itinerários, todos os pontos de interesse e recursos existentes, informação sobre todos os meios de transporte disponíveis, horários e tempo real de espera, notícias, avisos à população.
- o) Disponibilizar métricas de utilização do sistema, apresentando em paralelo, dados em tempo real e dados sobre tendências e histórico acumulado.
- p) A utilização por todos os utilizadores, independentemente das suas necessidades físicas ou cognitivas, permitindo que possam procurar informação e serviços na plataforma.
- q) A acessibilidade para cidadãos com mobilidade reduzida (ex. cadeira de rodas), crianças ou pessoas de baixa estatura.
- r) A utilização por pessoas com baixa visão ou cegas, com deficiência auditiva e cognitiva, estando adaptada para o efeito.
- s) Disponibilizar informação sobre serviços, nomeadamente a pesquisa intuitiva por entidade e/ou serviço público prestado localmente.

- t) A realização de inquéritos multi-resposta, promovendo a dinâmica de serviços, autónomos e inclusivos, disponíveis 24h, por dia. Permitir consultar e questionar o cidadão através de sondagens, de modo a tomar decisões mais informadas com base no feedback do cidadão.
- u) O acesso universal a lojas e pequeno comércio local, de modo a permitir gerir a sua presença na plataforma.
- v) Capacidade de detetar, contar, classificar pessoas no mínimo em relação a sexo e faixa etária para que se possa entregar conteúdos customizados, bem como a como a emissão de alertas de oportunidades a comerciantes.
- w) Detetar incidentes e emitir alertas locais para as respetivas autoridades e/ou para outras entidades a definir;
- x) Detetar e contar o número de pessoas com determinada característica, como por exemplo, com máscara de proteção individual;
- y) Contar e/ou detetar objetos e/ou outras situações a definir;
- z) A emissão de alertas para as respetivas autoridades e/ou outras entidades a definir;
- aa) Análítica avançada que permita retirar múltipla informação a partir dos dados de utilização e visitas ao equipamento, permitindo conhecer os desempenhos de forma rápida, regular e integrada.
- ab) A solução deverá assegurar a exportação de dados em diversos formatos (excell, csv, XML).
- ac) A plataforma deve permitir o envio, diariamente, ao gestor ou a um conjunto de pessoas, dos conteúdos publicados, validados e prontos a serem partilhados.
- ad) A plataforma deve disponibilizar uma API bidirecional que permita obter os itens disponíveis nos equipamentos bem como inserir itens na mesma. Deve incorporar a possibilidade de se usarem os conteúdos disponíveis na plataforma para alimentar outras plataformas (em website por exemplo) ou inserir conteúdos já disponíveis noutra aplicação na plataforma dos equipamentos. A API deve disponibilizar métodos para verificação de versões, assegurando uma sincronização eficaz dos conteúdos.

O fornecedor deve garantir a formação, online ou presencial, para os diferentes níveis de acessos à plataforma e disponibilizar manual de utilização.

3. Assistência e Manutenção

Prestação de serviços de manutenção e assistência técnica de hardware e software aos bens a fornecer, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, os quais deverão contemplar:

- a) Evolução programática e funcional da plataforma;
- b) Disponibilização permanente da última versão da plataforma;
- c) Assistência e manutenção técnica remota da plataforma;
- d) Disponibilização de estatísticas de utilização;
- e) Monitorização da plataforma e equipamentos;
- f) Intervenção remota na plataforma e equipamentos;
- g) Registo e acompanhamento de ocorrência;
- h) Help Desk telefónico e eletrónico;
- i) Duas manutenções preventivas anuais e todas as manutenções corretivas necessárias durante a duração do serviço contratado.
- j) A manutenção preventiva consiste na verificação física do funcionamento das componentes do equipamento, limpeza geral interior e exterior, substituição de filtros.
- k) A manutenção corretiva consiste na deslocação de equipas de intervenção ao local sempre que necessário e se justifique até normalização da ocorrência.
- l) Manutenções corretivas nos equipamentos em reação a ocorrências detetadas na monitorização dos equipamentos, nas ações de manutenção preventiva ou reportadas pelo cliente ou por terceiros.
- m) Serviço de criação, gestão e edição de conteúdos.

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
2. Os bens objeto do contrato bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos têm de ser novos.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Fornecedor é responsável perante o Município de Cascais por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato, aquando da proposta, quando os bens lhe forem efetivamente entregues.
5. A Instalação dos equipamentos será em local a definir pelo município em âmbito de projeto, devendo o concorrente considerar que os mesmos serão no concelho de Cascais, nomeadamente na área definida para o **Bairro Digital de Cascais- Vila de Cascais**.
6. **O município assegurará a construção da base de fixação em betão e a disponibilização da rede de dados e eletricidade necessárias para operacionalizar a solução.**

Entrega dos bens móveis

1. Os bens serão entregues e instalados em local a indicar pelo Município de Cascais nas seguintes condições:
 - a) Em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis;
 - b) Com todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização e funcionamento;
 - c) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação.
2. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Fornecedor.

Aceitação dos bens

1. Após o ato de entrega e/ou instalação dos bens, o Município de Cascais dispõe de um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos bens, efetuando testes e aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou montagem.
2. O Município de Cascais deve transmitir ao Fornecedor todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no n.º 1 desta cláusula, sem que tenha sido comunicada a rejeição dos bens, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos mesmos.
3. Caso haja lugar à rejeição dos bens, será da responsabilidade do Fornecedor a retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
4. Em caso de rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para proceder à substituição dos bens rejeitados.
5. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
6. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos bens rejeitados são da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
7. A rejeição dos bens disponibilizados nos termos da presente cláusula não confere ao Fornecedor o direito a qualquer indemnização.
8. A rejeição dos bens por parte do Contraente Público pode conferir-lhe o direito a ser indemnizado, pelos custos incorridos e prejuízos comprovadamente sofridos.

Garantia e assistência

O prazo de vigência da garantia de 3 anos, conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos bens.

1. O adjudicatário fica obrigado a prestar assistência técnica em caso de deficiência técnica ou operacional dos equipamentos, soluções, software, serviços, ou outros produtos acessórios das soluções, no prazo máximo de 24 horas seguidas, a contar da data e hora da notificação da ocorrência.
2. O adjudicatário fica obrigado a prestar assistência técnica em caso de quebra operacional dos equipamentos, soluções, software, serviços, ou outros produtos acessórios das soluções, no prazo máximo de 12 horas seguidas, a contar da data e hora da notificação da ocorrência.
3. Em caso de avaria ou mau funcionamento dos equipamentos, soluções, software ou produtos acessórios, o adjudicatário obriga-se a substituir os mesmos, sem custos para a entidade adjudicante, pelo período necessário à reparação.
4. A substituição de equipamentos prevista no número anterior tem de ocorrer no prazo máximo de 24 horas seguidas após comunicação do pedido ao adjudicatário, e será efetuada através de produto equivalente.

Local

1. Os equipamentos, soluções, produtos acessórios e software requeridos ao longo do Caderno de Encargos são para serem utilizados e instalados no Bairro Comercial de Cascais de acordo com as instruções e localizações fornecidas pelo Município de Cascais no momento de arranque do contrato.
2. Os equipamentos, soluções, produtos acessórios e software requeridos no Caderno de Encargos deverão ser entregues à entidade adjudicante: Município de Cascais
3. A manutenção dos equipamentos, soluções, produtos acessórios e software será executada nas zonas de instalação ou, quando necessário, nas instalações do adjudicatário.

Gestão do projeto de execução

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade a definir oportunamente pela entidade adjudicante, reuniões de coordenação com os seus representantes.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do adjudicatário, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O adjudicatário fica obrigado a apresentar um relatório inicial, relatórios mensais de progresso e um relatório final, no prazo indicado na clausula "ACEITAÇÃO DOS BENS" caderno de encargos.
4. Dos relatórios devem constar todos os aspetos relevantes de gestão do projeto, apresentando necessariamente um plano detalhado no relatório inicial, a descrição da evolução do projeto nos relatórios mensais de progresso, com destaque para alterações de planeamento,

riscos, problemas e respetivos impactos e ações de mitigação, e uma descrição detalhada sobre todos os aspetos de execução do projeto no relatório final.

5. Os relatórios, inicial, mensais de progresso e final, são entregues à entidade adjudicante em suporte digital.

6. Sempre que se mostre necessário, a entidade adjudicante pode, mesmo após a receção do Relatório final, solicitar elementos ou informações que resultem dos trabalhos realizados pelo adjudicatário.

7. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Realização de testes

1 O adjudicatário fica obrigado a desenhar um procedimento de testes para validação de todos os equipamentos, soluções, produtos acessórios, software e serviços entregues na proposta e instalados no terreno. Este procedimento fica obrigado a ser entregue atempadamente e fica sujeito a aprovação por parte do adjudicante.

2 Efetuada a entrega dos equipamentos, soluções, software e serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante procede, no prazo de 30 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

3 A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior será efetuada da seguinte forma:

a) Verificação das características técnicas de acordo com o exigido no Caderno de Encargos;

b) Realização de testes de acordo com o estipulado no procedimento de testes previsto.

REQUISITOS TI

O serviço a contratar deve contemplar os requisitos abaixo enumerados, todos de carácter obrigatório.

1. Todos os sites a publicar na internet devem, sem exceção, ser desenvolvidos utilizando o protocolo de comunicações HTTPS. A Câmara Municipal de Cascais fornece os certificados públicos e o fornecedor/parceiro tem a responsabilidade de o reinstalar sempre que este expire, enquanto for responsável pela manutenção a solução contratada.

2. Solução a ser disponibilizada no domínio cascais.pt.
3. O envio das notificações por email/sms terá de ser feito por integração WebApi da Câmara Municipal de Cascais.
4. Auditoria obrigatória:
 - 4.1. Antes da passagem a produção, qualquer solução com o domínio cascais.pt será auditada pelos serviços da Câmara Municipal de Cascais, através de parceiros certificados, realizando esta atividade as duas primeiras auditorias e, depois, caso persistam os erros será o adjudicatário o responsável pelo pagamento dos serviços de auditoria.
 - 4.2. As auditorias externas, para o caso de portais ou apps, com acesso pela internet, têm uma duração média de duas a três semanas, sendo o agendamento com a empresa externa efetuado pela área das Tecnologias de Informação da Câmara Municipal de Cascais.
 - 4.3. O fornecedor tem de garantir a correção de todas as falhas de segurança e não conformidades detetadas na auditoria e pedir uma segunda auditoria. As correções originadas por falhas identificadas nas auditorias não podem ser debitadas como horas ou qualquer outra forma à CMC.
5. No desenvolvimento aplicacional, devem ser sempre verificadas as normas constantes no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e:
 - 5.1. Caso as aplicações manipulem dados pessoais e fiquem instaladas em alojamento externo, da responsabilidade do fornecedor, têm de entregar "Normas de Segurança TI da Empresa";
 - 5.2. Assinar contrato de subcontratantes RGPD como adenda ao processo de contratação.
6. Possibilidade de integração com aplicação via webservices e desenvolvimento de aplicação de pesquisa de dados a disponibilizar nos servidores da CMC:
 - 6.1. A integração com os softwares da CMC será efetuada utilizando webservices disponibilizados por estes.
 - 6.2. O acesso a qualquer serviço que se encontre no Data Center da CMC tem de ser realizado através de configuração de um túnel VPN IPSEC ponto-a-ponto, ou seja, a entidade adjudicatária terá de ter possibilidade de configurar um túnel VPN IPSEC ponto-a-ponto a partir dos seus Data Centers para o Data Center da CMC.
7. É responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, licenciamento de software, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

8. A passagem de know-how à equipa da DTI da CMC, relativamente à solução implementada é obrigatória, incluindo a entrega de manuais de utilização, manuais técnicos e o desenho da infraestrutura instalada.

Demonstração da solução

1. Os concorrentes devem obrigatoriamente entregar um equipamento (MUPIE 55" (2 FRENTES) igual aos que são objeto do presente procedimento, em pleno funcionamento, nas instalações do Centro de Congressos do Estoril, Rua Particular (entrada lateral de acesso ao cais), Estoril, em data a determinar pelo Júri, nos 15 dias subsequentes à abertura das propostas, demonstrando a total conformidade do equipamento com os requisitos determinados no presente caderno de encargos;
2. O equipamento a disponibilizar deve permitir verificar, analisar e avaliar todos os serviços e conteúdos disponíveis, proporcionando uma experiência completa, incluindo a disponibilização de acesso ao backoffice, bem como a inserção de conteúdo que permita o teste de todas as funcionalidades do equipamento.
3. O equipamento deve ser identificado no que respeita ao concorrente, proposta e concurso.
4. A não conformidade do equipamento com o acima descrito determinará a exclusão da proposta. Os equipamentos deverão ser levantados, decorrida a fase de análise das propostas, no local onde foram inicialmente entregues.
5. A não entrega e/ou a não demonstração do referido equipamento determina igualmente a exclusão da proposta do concorrente.

Modelo da demonstração da amostra

A demonstração da amostra, por motivos de confidencialidade inerentes à 'arquitetura do sistema' do produto, deverá ser efetuada de forma individualizada, perante o júri do procedimento, na data acordada para o efeito.